

O BINÔMIO RAIZ E NUTELLA: A CONSTRUÇÃO DE ESTIGMAS E MARCAS IDENTITÁRIAS DE UNIVERSITÁRIAS INDÍGENAS ¹

Viviane Braz NOGUEIRA
(Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT)
viviannebraznogueira@gmail.com

RESUMO: Este trabalho analisa trechos de entrevistas, conduzidas com três acadêmicas indígenas ingressantes, entre os anos de 2014 e 2016, em uma universidade pública localizada no sul do Estado do Amazonas, sobre os estigmas (GOFFMAN, 2017) e o significado da expressão “índios originais” (NASCIMENTO, 2018), ambos criados por não-índios, examinando as marcas identitárias (MOITA LOPES, 2006; 2003) construídas sobre os estudantes indígenas. Por esse viés, no que se refere as marcas identitárias acreditamos que as identidades são sociais, ou seja, fragmentadas, multifacetadas, efêmeras e caracterizadas principalmente por sua pluralidade (MOITA LOPES, 2003), além de compreendidas como um feixe de marcas/demarcações que edificam as diferenças. No tocante aos estigmas, ainda que reconheçamos que a estigmatização indígena remete ao período colonial – tanto pelo colonizador, na tentativa de tornar os indígenas mão-de-obra escrava, quanto pela Igreja Católica, que pregava a conversão ao cristianismo como forma de torná-los mais “dóceis” (SCHWARCZ, 2001) –, os estigmas (GOFFMAN, 2017) vêm sendo propagados por sujeitos sociais diversos em diferentes momentos históricos. A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa (Denzin & Lincoln, 2006), desenvolvida por meio de entrevistas semiestruturadas. Por meio das análises realizadas, os resultados sugerem para a insistência de estigmas e de marcas identitárias que continuam a difundir certas demarcações e, consequentemente, segregações e violências físicas, psicológicas e/ou verbais contra os povos indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: indígenas; índio raiz; estigmas; identidade social

ABSTRACT: This paper analyzes excerpts of interviews, conducted with three entering indigenous academics, from 2014 to 2016, in a public university located in southern Amazonas States, about the stigmata (GOFFMAN, 2017) and the meaning of the expression “original Indians” (NASCIMENTO, 2018), both created by non-Indians, examining identity marks (MOITA LOPES, 2006; 2003) built on indigenous students. Due to this bias, regarding identity marks, we believe that identities are social, that is, fragmented, multifaceted, ephemeral and characterized mainly by their plurality (MOITA LOPES, 2003), besides being understood as a bundle of marks / demarcations that build the differences. Regarding stigmas, although we recognize that indigenous stigmatization refers to the colonial period - both by the colonizer, in an attempt to make the indigenous slave labor, and by the Catholic Church, which preached the conversion to Christianity as a way of the more “docile” (SCHWARCZ, 2001) -, the stigmas (GOFFMAN, 2017) have been propagated by different social subjects in different historical moments. The methodology used was a qualitative research (DENZIN & LINCOLN, 2006), developed through semi-structured interviews. Through the analyzes performed, the results suggest the insistence of stigmas and identity marks that continue to disseminate certain demarcations and, consequently, physical, psychological and / or verbal segregation and violence against indigenous peoples.

KEYWORDS: indigenous; original Indian; social identity; stigmas.

1. Introdução

¹ Este artigo é um desdobramento da pesquisa de doutoramento da autora, sob orientação do prof. Dr Fernando Zolin-Vesz, em processo de desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Desde o contato com os povos europeus, os índios são considerados pela sociedade como aculturados, isto é, perderam sua identidade étnica e deixaram de ser “índios originais” (NASCIMENTO, 2018), puros e autênticos. Dessa forma, busca-se analisar excertos de três entrevistas, conduzidas com estudantes indígenas ingressantes, entre os anos de 2014 e 2016, em uma universidade pública localizada no sul do Estado do Amazonas, sobre os estigmas criados por não índios, examinando as marcas identitárias construídas sobre os estudantes indígenas.

Nesse processo, este trabalho analisa questões de identidade, estigmas e exclusão de indígenas no ambiente acadêmico em uma universidade pública da região norte do país. Partindo dessa perspectiva, a análise se inicia a partir do assassinato de três homens em terras indígenas da etnia Tenharim, em dezembro de 2013, num município localizado ao sul do Estado do Amazonas, fato este que desencadeou sérios conflitos e impasses entre indígenas e não indígenas na região. A inércia durante a investigação dos assassinatos funcionou como um rastilho de pólvora que levou a população local a incendiar prédios, carros, barcos e postos indígenas. Após os corpos terem sido encontrados, cinco indígenas da referida etnia foram presos como suspeitos dos assassinatos. Esse episódio, brevemente narrado, condenou antecipadamente ao isolamento e à estigmatização todas as etnias localizadas na região, uma vez que, para a própria segurança, os indígenas deixaram de frequentar a cidade: muitos estudantes universitários indígenas foram transferidos para outras instituições de ensino superior ou simplesmente abandonaram a universidade.

Posteriormente, os indígenas começaram a retornar às universidades e escolas da supracitada região. No entanto, o ambiente universitário, na maioria das vezes, continuou a mostrar-se hostil aos índios, estigmatizando-os e segregando-os. Embora reconheçamos que a estigmatização indígena remete ao período colonial – tanto pelo colonizador, na tentativa de tornar os indígenas mão-de-obra escrava, quanto pela Igreja Católica, que pregava a conversão ao cristianismo como forma de torná-los mais “dóceis” (SCHWARCZ, 2001) –, os estigmas vêm sendo propagados por sujeitos sociais diversos em diferentes momentos históricos.

Nessa perspectiva, empregamos o binômio “índio raiz” *versus* “índio Nutella”, retirado de uma das entrevistas aqui analisadas, para tecer a discussão ora proposta. Para

isso, ampliamos o olhar acerca da relação entre estigmas e práticas identitárias com o intuito de ampliar o debate aqui proposto.

2. Práticas identitárias, diferenças e estigmas

O constructo de identidade tem sido frequentemente definido como práticas sociais que tanto nos definem quanto demarcam o modo como vemos as diferenças. Para Moita Lopes (2003), as identidades – sempre plurais – “[...] emergem na interação entre os indivíduos agindo em práticas discursivas particulares nas quais estão posicionados” (MOITA LOPES, 2003, p. 8). Nesse sentido, as identidades são sociais, ou seja, fragmentadas, multifacetadas, efêmeras e caracterizadas principalmente por sua pluralidade (MOITA LOPES, 2003), além de compreendidas como um feixe de marcas/demarkações que edificam as diferenças.

Em relação a esse conceito, observa-se que identidade e diferença estão intimamente ligadas às determinações das construções e relações sociais. De acordo com Silva (2014),

a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes. (SILVA, 2014, p. 81)

Em vista disso, para o autor, a identidade e a diferença são conceitos correlatos, a diferença é responsável pela hierarquização, categorização e valoração dos sujeitos, estabelecendo posições de poder, isto é, a diferença desempenha o papel de um sistema de classificação que permite a construção de fronteiras simbólicas, por meio da inclusão ou da exclusão dos processos identitários (WOODWARD, 2014). Esse dimensionamento leva os sujeitos a serem considerados “diferentes” ou “anormais”, produzindo, assim, as diferenças e, conseqüentemente, os estigmas.

No que se refere ainda a identidade social Goffman (2017) observa que esta ajuda na disseminação da identidade estigmatizada, uma vez que, como destacamos acima, a compreensão da identidade está atrelada à compreensão da diferença: as sociedades

estabelecem modelos e categorias que classificam os sujeitos de acordo com seus atributos e qualidades avaliados como “normais” e/ou “adequados”.

Dentro desta perspectiva, no que diz respeito aos indígenas percebe-se que desde a colonização o índio foi assujeitado, primeiro pela igreja católica que pregava sua conversão ao cristianismo, depois pelo colonizador que o desejava como mão de obra escrava e barata. Para que isso acontecesse foi crucial usar a violência, foi necessário “[...] inventar o Outro como sendo o bárbaro, o primitivo, o selvagem e atrasado em relação à experiência moderna” (NASCIMENTO, 2018, p. 1415).

Segundo João Pacheco de Oliveira (2016) a escravidão e a vivência no cativeiro mostravam aos indígenas que não existia qualquer opção de sobrevivência e conservação de sua cultura ou a afirmação de sua identidade. Nas palavras do referido autor “Era como se estivessem condenados a ingressar em uma zona de invisibilidade, submergindo em uma espécie de anonimato do qual só poderiam vir a escapar já no final do século XX, em um contexto histórico absolutamente distinto”. (OLIVEIRA, 2016, p. 66). Sendo assim, após séculos de aculturação, não é difícil constatar que a rejeição e os estigmas contra os indígenas vêm se perpetuando há muito tempo, sendo propagado em diferentes momentos históricos, por diferentes sujeitos sociais.

Entretanto, verifica-se que os indígenas são sujeitos que não pertencem às sociedades do passado, mas sim, aos povos de hoje, e simbolizam uma parcela expressiva da população brasileira que possui territórios, diversidade cultural, conhecimentos e valores que colaboraram de forma significativa na construção da nação brasileira (BANIWA, 2006).

É imprescindível, então, perfilhar a existência de diferenças sociais, culturais e principalmente as diferenças étnicas. Entretanto, verifica-se que a aversão por alguns grupos sociais, como por exemplo, os indígenas. Diante dessa alegação, um mundo que se considera como moderno e civilizado não deveria aceitar conviver com a ausência de democracia cultural, política e principalmente racial (BANIWA, 2006).

De acordo com Alves (2004), a história brasileira foi sempre repassada a partir da visão do dominador, sendo que a dominação na América é vista como uma etapa gloriosa, e assim veio a chegada, a conquista e a soberania do europeu, tudo realizado em nome do processo de desenvolvimento da América. Nesse contexto, os indígenas foram

massacrados pelas armas ou por causas das doenças alastradas pelos invasores, além disso veio a escravidão e a resistência por parte dos indígenas que gerou os estigmas de bárbaro, preguiçosos e indolentes.

Verifica-se, então, que os estigmas se mostram a partir do momento da desconstrução da identidade indígena, que considera como ‘índio original’ e/ou índio raiz apenas aqueles que possuem a imagem cristalizada pelo colonizador, ou seja, o selvagem, que anda nu e vive na floresta. Cadena e Starn ressaltam que,

Por un lado, quienes se visten con plumas, se pintan el rostro, lucen trajes nativos o, por lo demás, abrazan públicamente sus tradiciones, corren el riesgo de autopoicionarse en los extremos semánticos del primitivismo exótico, lo que Ramos (1998) denomina el “índio hiperreal”. De otro lado, quienes no parecen satisfacer las expectativas del estereotipo de “plumas y cuentas” se hallan con frecuencia estigmatizados como “media sangre”, “asimilados” o inclusive impostores [...] (CADENA; STARN, 2010, p. 17)

Essas noções equivocadas sobre o que é ser “índio original” mostram que a identidade indígena foi construída com base nas crenças propagadas pelo colonizador, ou seja, mostram que a identidade do índio raiz e/ou original ultrapassam o estereótipo romântico, do nativo que habita as matas, anda nu e se comunica em uma língua exótica. O fato dos índios brasileiros apresentarem aspectos físicos semelhantes, que os diferenciam dos não-índios, não denota que estes sejam um grupo homogêneo, mas sim o oposto, pois de acordo com dados do Instituto Socioambiental e do IBGE, os indígenas são compostos por cerca de 240 etnias que possuem suas tradições e línguas próprias (GUARANY, 2006). Sobre ser “índio original” a referida autora faz a seguinte reflexão: “Este não vive mais nas matas, ou não fala a língua indígena, ou usa objetos da sociedade envolvente, portanto, deixou de ser índio. Como se fosse um estágio provisório ser índio!” (GUARANY, 2006, p. 155). Nesse mesmo aspecto, autores como João Pacheco de Oliveira evidenciam que,

À diferença de um passado recente, a identidade de indígena é hoje objeto de elevada autoestima, não só por parte de líderes políticos e religiosos, como expressão de um suposto tradicionalismo, mas também pelos mais jovens, como expressão de processos contemporâneos ligados à globalização. As identidades indígenas resultam de uma referência coletiva às origens (vivas sempre de modo variável, por referência à cultura) e são, nesse sentido, importantes âncoras intelectuais e afetivas no contexto atual. (OLIVEIRA, 2016, p. 199)

É imprescindível reconhecer que todos os movimentos indígenas, como falar português, reivindicar seus direitos, participar ativamente da política, aprendendo todos

os mecanismos de como funciona a sociedade não indígena não significa que este deixará de ser índio, mas ao contrário, na verdade, representa a possibilidade de agir, sobreviver e participar da sociedade como cidadão que pleiteia seus direitos e cumpre com seus deveres. Nesse caso específico, é o próprio indígena que não permite mais que os sujeitos participantes dessa sociedade propaguem estereótipos estigmatizadores e/ou façam distinção ou entre índio e não-índio (ALMEIDA, 2010).

O estigma, portanto, é um rótulo que depende fundamentalmente das relações sociais. Desse modo, “um grupo [social] só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído” (ELIAS, 2005, p. 23). Assim, estigmas, tais como “selvagens” e “não civilizados”, os quais precisavam ser educados na fé cristã, são, antes de tudo, demarcações construídas por não-índios que contribuíram decisivamente para a constituição das marcas identitárias dos índios brasileiros desde, ao menos, o período colonial (SCHWARCZ, 2001). Esses estigmas parecem estar enraizados nas mais diversas esferas sociais, a exemplo da universidade pública brasileira, contexto em que esta pesquisa foi desenvolvida, traduzindo a demarcação identitária de inferioridade atribuída aos indígenas por não-índios, conforme pode ser observado nos excertos das entrevistas que passamos a analisar.

3. Procedimentos metodológicos

Buscou-se utilizar como procedimento metodológico a pesquisa qualitativa de cunho interpretativo. Segundo Denzin & Lincoln (2006, p. 21) “a pesquisa qualitativa é um campo interdisciplinar, transdisciplinar e, às vezes, contra disciplinar, que atravessa as humanidades, as ciências sociais e as ciências físicas. A pesquisa qualitativa é muitas coisas ao mesmo tempo”. No ponto de vista de Denzin e Lincoln (2006) a palavra qualitativa,

[...] implica uma ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre os processos e os significados que não são examinados ou medidos experimentalmente (se é que são medidos de alguma forma), em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência. Os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação. Esses pesquisadores enfatizam a natureza repleta de valores da investigação. Buscam soluções para as questões que realçam o modo como a experiência social é criada e adquire significado. (DENZIN; LINCOLN, 2006 p. 23).

Sob esse olhar as pesquisas qualitativas interpretativas são “guiadas por um conjunto de crenças e de sentimentos em relação ao mundo e ao modo como este deveria ser compreendido e estudado” (DENZIN & LINCOLN, 2006, p. 34). Os supracitados autores ilustram ainda que este tipo de pesquisa privilegia o estudo de caso, a entrevista, a investigação participativa, os métodos visuais, a observação participante e a análise interpretativa. (DENZIN & LINCOLN, 2006). Dentro desta perspectiva, o caráter da pesquisa qualitativa interpretativa compreende a importância dos depoimentos dos agentes envolvidos, já que os pesquisadores tentam entender os fenômenos dos discursos, os significados e as informações transmitidas por eles. (DENZIN & LINCOLN, 2006)

Por fim, para a geração dos dados que ora analisamos, foram conduzidas três entrevistas com estudantes indígenas das etnias Apurinã, Piratapuya, Puyanawa ingressantes na referida universidade, localizada ao sul do Estado do Amazonas nos cursos de Engenharia Ambiental, Letras e Pedagogia entre os anos de 2014 e 2016. Todas as informantes aceitaram participar desta pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que autoriza a análise dos dados gerados. Assim, examinamos cinco excertos das entrevistas com o propósito de identificar os estigmas e as marcas identitárias – construídos por estudantes não-índios – que os estudantes indígenas observam após o retorno à universidade em virtude do afastamento provocado pelo conflito brevemente descrito anteriormente.

4. Os estigmas e as marcas identitárias sobre os estudantes indígenas na universidade

Ao analisar a realidade sócio-histórico-cultural brasileira atentamos que povos indígenas sempre se fizeram presentes, seja na luta por seus direitos, seja no combate aos invasores de suas terras, seja na tentativa de que suas identidades social, cultural e étnica sejam reconhecidas e mantidas, ao mesmo tempo que evoluem com as mudanças sociais. Assim, o foco desta análise centra-se na (re)construção das marcas identitárias dos indígenas e na identificação dos estigmas a partir da visão dos entrevistados.

O primeiro excerto parece confirmar as visões estigmatizadas que os alunos não-índios possuem em relação às populações indígenas: a expressão “índio Nutella”, originada do suposto “favorecimento” aos estudantes indígenas, por meio de bolsas-

auxílio para a permanência na universidade, prefigura essas visões, apesar de que essas políticas de ações afirmativas sejam uma tentativa de modificar a exclusão de alunos cotistas.

Excerto 1

Daí o povo fica tipo chamando a gente de índio Nutella pelo fato de que a gente recebe os auxílios e que a gente deveria voltar para o lugar da onde a gente veio, algumas coisas assim. (E1)

A expressão “índio Nutella” parece-nos exemplar aqui para sintetizar o conjunto de estigmas e marcas identitárias que os estudantes não-índios lançam mão para (des)qualificar os indígenas. A adjetivação “Nutella” se refere à conhecida marca de creme de avelã e se tornou um meme da internet de grande popularidade nas redes sociais. Empregada aqui como sinônimo da modernidade e da era industrial-tecnológica, opõe-se ao termo “raiz”, que alude, conforme a comparação proposta pelo meme, ao tradicional, àquilo que deve ser exaltado. Por esse ângulo, um “índio raiz” e/ou “índio original” diz respeito a um suposto “indígena ideal/tradicional”, segundo os modelos definidos previamente por grupos sociais, que se denominam não-indígenas e encontram-se confortavelmente instalados em determinadas posições de poder que lhes garantem ou, ao menos, permitem que se sintam autorizados a criar rótulos em relação a certos grupos sociais. Essa visão reducionista proporcionada pela expressão “índio raiz” e/ou “índio original” sugere-nos a retomada das marcas identitárias herdadas do período colonial, como o selvagem que vive em aldeias no meio da floresta: a afirmação constante no excerto de que “a gente [os indígenas] deveria voltar para o lugar da onde a gente veio” parece-nos materializar a manutenção desse estigma.

De igual modo, a expressão “índio Nutella também tenta (des)qualificar a presença de estudantes indígenas na universidade, uma vez que ali não seria seu lugar de pertencimento, principalmente por receber auxílio financeiro para sua permanência. Novamente, observa-se a perpetuação do estigma do espaço simbólico a que os indígenas pertencem – certamente, esse espaço, para os não-índios, não condiz com a universidade, tampouco com qualquer tipo de auxílio financeiro que possam receber, mas “ao lugar de onde tradicionalmente vêm”, à “raiz” da identidade indígena (aqui intencionalmente empregada no singular). Como afirmamos anteriormente, a sociedade não indígena

acredita possuir os pré-requisitos para estabelecer as demarcações sobre como o índio deve ser e estar no mundo, o que reforça determinadas concepções estigmatizadas sobre os indígenas.

O segundo excerto nos mostra que mesmo centenas de anos após as invasões e massacres das tribos indígenas, os estigmas disseminados pelos dominadores e que se juntam aos estigmas atuais, como a designação “índio nutella”, persistem ainda hoje, na tentativa de silenciar as vozes indígenas.

Excerto 2

Porque dentro da Universidade o povo fala que o índio é brabo, que a gente é preguiçoso, que a gente não gosta de trabalhar. (E1)

Observa-se que a idealização do índio ainda faz parte do imaginário da sociedade brasileira que nada retrata a realidade atual dos povos indígenas. Estas construções distorcidas mostram um indígena ainda mais estigmatizado, pois ao considerar o índio como “brabo” e “preguiçoso” fica evidente que a tentativa de inferiorização e estigmatização do indígena vem se perpetuando ao longo da história brasileira. O sentimento de superioridade do não-indígena coloca o índio em posição de desvantagem, subalternidade e exclusão, ideias essas impostas pelo dominador no período colonial, sendo marcadas mais uma vez pelas relações de poder.

Assim, a inferiorização do índio favorece a propagação de visões deturpadas na contemporaneidade de que o indígena é visto como o objeto a ser extinto das universidades e/ou escolas, já que eles são muito favorecidos pelas políticas públicas de assistência social de entidades governamentais e não governamentais, isto é, todos os direitos adquiridos são totalmente desvalorizados e ao mesmo tempo os não-índios legitimam a violência física e psicológica e mantem representações sociais negativas dos povos indígenas.

Ao mesmo tempo que o não-índio estigmatiza o indígena, percebe-se que os índios buscam meios de luta e resistência para afirmação de sua identidade étnica, e de legitimação dos seus direitos e deveres, mostrando que mesmo após a aquisição da cultura não-indígena, isto não os impede de continuarem sendo índios. Sob esse olhar, faz-se necessário desfazer os estigmas criados pelo colonizador, refletir sobre o respeito as diferenças e mostrar o quanto é importante a troca de conhecimentos sobre as mais

diferentes culturas e etnias, principalmente no âmbito universitário, que deveria ser um dos espaços mais propícios para a constituição da autonomia e alteridade indígena.

O terceiro excerto mostra a grande dificuldade dos indígenas assumirem sua identidade étnica, preferindo algumas vezes o silenciamento como forma de evitar os estigmas, no entanto, também há aqueles, como a entrevistada E1, já consegue assumir a alteridade da identidade indígena.

Excerto 3

“E hoje eu já tenho tem mais facilidade pra falar sobre minha etnia, né, pra falar que eu sou sim indígena. E eu vejo que alguns dos meus amigos têm dificuldade em falar ainda, pelo fato de que querendo ou não a gente sofre um certo preconceito”. (E1)

Diante da problemática, nota-se que muitos acadêmicos indígenas preferem silenciar ou ainda optam pela invisibilidade como forma de evitar o estranhamento e o processo de exclusão por parte dos não-indígenas. Sentindo-se excluídos socialmente, a entrevistada E1 ressalta a dificuldade de se identificar como sujeito indígena, principalmente se levarmos em consideração o contexto sócio histórico da região sul do estado do Amazonas, e principalmente o lamentável fato de 2014. Em sua resposta a E1 afirma que “E eu vejo que alguns dos meus amigos têm dificuldade em falar ainda, pelo fato de que querendo ou não a gente sofre um certo preconceito”. Nesse cenário, verifica-se que os estigmas são um dos principais motivos de abandono dos índios das universidades, causando danos irreparáveis às vítimas.

Dentro desse contexto, o desrespeito pelos índios gera a repulsa e o desprezo e torna a academia um ambiente hostil entre os sujeitos em foco. Dessa forma, os alunos que resistem preferem não se identificar na tentativa de não sofrerem nenhum tipo de exclusão ou repulsa por parte dos universitários não-índios. Nesse seguimento apesar de alguns índios preferirem o silenciamento não podemos deixar de destacar que outros indígenas têm mostrado um grande poder de mobilização e estão reivindicando seus direitos e reafirmando suas identidades sociais e étnicas, além de resistirem bravamente ao processo de dominação. Também fica evidente que a entrevistada E1 demonstra que apesar dos estigmas impostos pela comunidade não-indígena, alguns acadêmicos índios já reafirmam sua identidade étnica e tentam reconstruir o sentimento de pertencimento e

o sentido de ser indígena, rompendo com o processo colonial que tanto gerou conflitos, mas que também motivou a resistência.

Resistência essa que deve ser vista como oportunidade de legitimação e afirmação de suas lutas contra os estigmas propagados nos ambientes acadêmicos, criando espaços de respeito a diversidade e pluralidade étnica. Já os quarto e quinto excertos suposto retomam o suposto “favorecimento” dos estudantes indígenas para ingresso na universidade, recuperando, outra vez, demarcações identitárias que parecem herdadas do processo colonial.

Excerto 4

E2, você quer ir para o mestrado? E eu respondi: claro que sim. Aí, é bom que pra você tudo é mais fácil, já que você é índia. Ele falou: para os índios tudo é mais fácil. (E2)

Excerto 5

Eles falaram que eu só consegui passar porque eu fiz por cota, né, porque eu era a índia. Eu falei que eu tinha capacidade tanto quanto eles. Porque, na verdade, eles falam com a gente, né, como se a gente fosse meio que, eu sinto como se a gente fosse animal, como se a gente fosse um bicho. (E3)

Os privilégios de que os estudantes indígenas usufruem, descritos em ambos os excertos, associados à suposta “facilidade” para ingresso na universidade por meio de cotas, tanto no que se refere à graduação quanto à pós-graduação, sugere-nos certa conexão com a suposta “(in)capacidade intelectual” dos índios – materializada no excerto 4, na resposta dada pela participante indígena diante do comentário sobre sua aprovação ser decorrência do sistema de cotas para indígenas, presente na forma de ingresso de novos estudantes em muitas das universidades públicas brasileiras, em especial naquelas que se situam na região amazônica. Essa constatação de que “para os índios tudo é mais fácil” corrobora, a nosso ver, a perpetuação dos estigmas analisados no excerto 1, principalmente ao lugar de pertencimento dos indígenas e às marcas identitárias oriundas do processo colonial.

A constante ênfase na suposta facilidade para ingresso na universidade parece-nos subestimar a capacidade intelectual do índio, evidenciando, assim, a condição de inferioridade do indígena apresentada por meio do estigma do selvagem, ou, como descreve a participante no excerto 5, “eu sinto como se a gente fosse animal, como se a gente fosse um bicho”. Assim, como selvagem, como aquele que pertence à aldeia e não necessariamente à universidade, a suposta facilidade para o ingresso se justifica: “tudo é

mais fácil”, pois, caso contrário, não possuiria capacidade intelectual para tal feito. Por esse viés, insistentemente mencionar essa suposta facilidade como um privilégio dos estudantes indígenas colabora também, em nosso entender, para perpetuar os estigmas e as marcas identitárias relacionadas com o “índio Nutella” e o “índio raiz”, conforme discutidas previamente, em particular aquelas vinculadas ao espaço de pertencimento e os modos de ser/estar no mundo de cada um deles. Novamente, os estudantes não-indígenas julgam-se autorizados a produzir determinadas demarcações identitárias sobre os estudantes indígenas, a quem deveria lhes restar o aceite incontestado e o consequente encaixe nesses padrões pré-estabelecidos: o indígena como um “ser selvagem”, deslocado do seu lugar de pertencimento, que depende da benevolência (traduzida como “facilidade”) do poder público para alcançar um determinado status social. Conforme observamos na análise do primeiro excerto, apenas “índio Nutella” lança mão desses benefícios que a sociedade industrial-tecnológica (portanto, não indígena) pode proporcionar, principalmente ao que é considerado bem-estar atribuído ao acesso à educação superior dessa sociedade industrial-tecnológica.

Portanto, os termos “Original” e “Nutella” parecem nos convidar para uma análise mais cuidadosa do contexto histórico dos povos indígenas brasileiros, marcado, como os próprios termos evidenciam, pela insistência de estigmas e de marcas identitárias que continuam a difundir certas demarcações e, conseqüentemente, segregações desde o primeiro momento em que os portugueses por aqui abarcaram. A universidade pública brasileira não parece ter conseguido fugir dessas amarras estigmatizantes. Vale destacar, portanto, a validade desse tipo de debate nos mais diversos espaços sociais, a exemplo das escolas e, especialmente, das universidades. Como vimos abordando ao longo deste texto, o estigma é uma construção social que depende da posição de poder privilegiada de determinado grupo social, a qual só permite estigmatizar outro grupo social que se encontra em posição de poder inferior. Assim, o debate, que os termos “Original” e “Nutella” proporcionam, precisaria centrar-se nas formas de construção dos estigmas e das marcas identitárias, de modo a, como advoga Foucault (2012), “desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento” (FOUCAULT, 2012:14).

5. Considerações Finais

Verificou-se após análises que as identidades são heterogêneas e que estão em constante transformação devido ao contexto em que o sujeito está exposto em sua vida social. Ressalta-se, ainda o fato de que por muito tempo as identidades étnicas indígenas foram negadas e estes sujeitos por muito tempo foram marcados pela inferioridade.

Apesar destes fatos, as entrevistadas mostram a (re) construção de suas identidades étnicas, uma vez que, “Um fenômeno importante e característico da atual conjuntura indígena brasileira é o ressurgimento de afirmações identitárias por parte de coletividades que, segundo uma leitura restritiva de fontes governamentais, aparentemente estariam assimiladas” (OLIVEIRA, 2006, p. 200). Não se pode deixar de assinalar ainda por parte das entrevistadas um movimento de resistência e combate aos estigmas clássicos que os indígenas estão sujeitos diariamente, não só no ambiente acadêmico, mas em todos os ambientes sociais.

Sob esse olhar, faz-se necessário desfazer os estigmas criados pelo colonizador, refletir sobre o respeito as diferenças e mostrar o quanto é importante a troca de conhecimentos sobre as mais diferentes culturas e etnias, principalmente no âmbito universitário e para isso, é preciso que os acadêmicos indígenas mostrem suas vozes, revelem suas marcas identitárias, tornando-se visíveis aos olhos e ouvidos dos não-índios. Por fim, ainda uma palavra, mas não a nossa,

E eu acho que esse preconceito em relação a ser índio deveria acabar, porque é muito constrangedor e muito ruim pra gente que é indígena chegar dentro da universidade e começar a ouvir coisas que não são verdade em relação a que índio é bravo... não, é do caráter de cada um. Então, eu acho muito constrangedor chegar à universidade e escutar algo relacionado à minha etnia ou algo relacionado à minha família que é indígena. É chato porque você já passa por todo esse transtorno desde que você nasce. (Excerto extraído da entrevista concedida pelo informante E1)

REFERÊNCIAS

- ALVES, Júlia Falivene. A invasão cultural norte-americana. São Paulo: Moderna, 2004.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 2010.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

BANIWA, G. S. L. o índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

CADENA, M.; STARN, O. (2010). Introducción. In: CADENA, M.; STARN, O. (eds.). Indigenidades contemporáneas: cultura, política y globalización. Lima: IEP/IFEA.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Tradução Sandra Regina Nietz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GUARANY, Vilmar Martins Moura. Desafios e perspectivas para a construção e o exercício da cidadania indígena. In: ARAÚJO, Ana Valéria et alii. Povos indígenas e a lei dos brancos: o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

ELIAS, N. *Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2012.

GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2017, 4a. ed.

MOITA LOPES, L. P. *Discursos de identidades*: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.

NASCIMENTO, André Marques do. “Se o Índio for Original”: A Negação da Coetaneidade como Condição para uma Indianidade Autêntica na Mídia e nos Estudos da Linguagem no Brasil. Trabalho de Linguística Aplicada, Campinas, n. (57.3): 1413-1442, set./dez. 2018.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades / João Pacheco de Oliveira. – Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

SCHWARCZ, L. M. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001.

SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença* – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, 15a. ed.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença* – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2014, 15ª ed.